

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB4A1AAA

1 As discussões em torno de questões como “o que é
2 justiça?” ou “quais são os mecanismos disponíveis para
3 produzir situações cada vez mais justas ao conjunto da
4 sociedade?” não são novidade. Autores do século XIX já
5 procuravam construir análises para identificar qual o sentido
6 exato do termo justiça e quais formas de promovê-la eram
7 possíveis e desejáveis ao conjunto da sociedade à época.
8 O debate se enquadra em torno de três principais ideias:
9 bem-estar; liberdade e desenvolvimento; e promoção de formas
10 democráticas de participação. Autores importantes do campo
11 da ciência política e da filosofia política e moral se debruçaram
12 intensamente em torno dessa questão ao longo do século XX,
13 e chegaram a conclusões diversas uns dos outros. Embora a
14 perspectiva analítica de cada um desses autores divirja entre si,
15 eles estão preocupados em desenvolver formas de promoção de
16 situações de justiça social e têm hipóteses concretas para
17 se chegar a esse estado de coisas.

18 Para Amartya Sen, por exemplo, a injustiça é
19 percebida e mensurada por meio da distribuição e do alcance
20 social das liberdades. Para Rawls, ela se manifesta
21 principalmente nas estruturas básicas da sociedade e sua
22 solução depende de uma nova forma de contrato social e de
23 uma definição de princípios básicos que criem condições de
24 promoção de justiça. Já para Habermas, a questão gira em
25 torno da manifestação no campo da ação comunicativa, na qual
26 a fragilidade de uma ação coletiva que tenha pouco debate ou
27 pouca representação pode enfraquecer a qualidade da
28 democracia e, portanto, interferir no seu pleno funcionamento,
29 tendo, por consequência, desdobramentos sociais injustos. Em
30 síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos
31 variados para a solução da injustiça, os quais dependem da
32 interpretação de cada um deles acerca do conceito de justiça.

Augusto Leal Rinaldi. *Justiça, liberdade e democracia*. In: *Pensamento Plural*. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos aos sentidos e às ideias do texto CB4A1AAA.

- 1 Depreende-se do texto que o debate acerca da justiça organiza-se em torno de parâmetros básicos, mas que não há consenso quanto ao conceito de justiça e às formas concretas para alcançá-la entre filósofos e cientistas políticos do século XX.
- 2 Para o autor do texto, uma correta definição do termo justiça e a compreensão de sua manifestação social são imprescindíveis para que se possam traçar soluções adequadas a cada tipo de sociedade.
- 3 Os autores mencionados no segundo parágrafo apresentam ideias contrárias acerca da noção de injustiça: Amartya Sen a relaciona à liberdade na sociedade; Rawls entende injustiça como uma questão de contratos civis; e Habermas, como uma manifestação linguística e de ação coletiva.

- 4 O verbo **enquadrar**, no trecho “O debate se enquadra em torno de três principais ideias” (l.8), foi empregado com o sentido de **circunscrever**.
- 5 A expressão “estado de coisas” (l.17) refere-se a “situações de justiça social” (l.16).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB4A1AAA, julgue os próximos itens.

- 6 Embora haja semelhança de sentido entre os verbos **divergir** e **diferir**, a substituição da forma verbal “divirja” (l.14) por **difere** prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 7 O sujeito da forma verbal “têm” (l.16) está elíptico e retoma “cada um desses autores” (l.14).
- 8 Nos trechos “se debruçaram” (l.11) e “se chegar” (l.17), a partícula “se” recebe classificações distintas.
- 9 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam preservados se o seu último período fosse reescrito da seguinte maneira: Em síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos variados para a solução da injustiça e dependem da interpretação de cada um desses instrumentos relativos ao conceito de justiça.
- 10 A correção gramatical do texto seria mantida caso se empregasse o acento indicativo de crase no vocábulo “a” em “a esse estado de coisas” (l.17).

Julgue os itens a seguir, relativos aos poderes da administração pública.

- 11 O desvio de poder ocorre quando o ato é realizado por agente público sem competência para a sua prática.
- 12 O poder hierárquico impõe o dever de obediência às ordens proferidas pelos superiores hierárquicos, ainda que manifestamente ilegais, sob pena de punição disciplinar.
- 13 O poder regulamentar permite que a administração pública complemente as lacunas legais intencionalmente deixadas pelo legislador.
- 14 A aplicação de uma multa por um agente de trânsito retrata um exemplo de aplicação do poder disciplinar da administração pública.
- 15 As atividades da polícia judiciária não se confundem, necessariamente, com o exercício do poder de polícia administrativo.

A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF) sobre o regime jurídico da administração pública e o Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 16 Nas contratações temporárias autorizadas pela CF, não é obrigatória a aprovação em concurso público.
- 17 As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 18 O respeito ao denominado teto constitucional constitui uma exceção ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- 19 É competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça julgar governadores de estado por crimes de responsabilidade.
- 20 Um quinto das vagas de magistrados de todos os tribunais superiores é destinado a membros da advocacia, eleitos por meio de lista tríplice indicada pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Considere as proposições P e Q a seguir.

P: Todo processo que tramita no tribunal A ou é enviado para tramitar no tribunal B ou no tribunal C.

Q: Todo processo que tramita no tribunal C é enviado para tramitar no tribunal B.

A partir dessas proposições, julgue os itens seguintes.

- 21 Se um processo não tramita no tribunal C, então ele também não tramita no tribunal B.
- 22 Se um processo for iniciado no tribunal A, então, com certeza, ele tramitará no tribunal B.
- 23 A proposição $\neg P \rightarrow [P \rightarrow Q]$, em que $\neg P$ denota a negação da proposição P, é uma tautologia, isto é, todos os elementos de sua tabela-verdade são V (verdadeiro).
- 24 Se 10 processos que chegarem ao tribunal A em determinado dia forem separados de forma aleatória em dois grupos de 5 processos cada, um para ser encaminhado ao tribunal B, e outro, para o tribunal C, então essa separação poderá ser feita de, no máximo, 240 formas diferentes.

Considerando os conceitos, princípios e valores da ética e da moral, bem como o disposto na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

- 25 As sanções aplicáveis nos casos de enriquecimento ilícito são cabíveis apenas para agentes públicos, excluindo-se a possibilidade de responsabilização administrativa de pessoa que não exerça mandato, cargo, emprego ou função administrativa.
- 26 O servidor público que atrasa a realização de ato que deveria promover de ofício não atenta contra os princípios da administração pública, ao contrário do que ocorre com aqueles que deixam de praticar o referido ato.
- 27 A ética, por ser universal, não pode ser influenciada por condições históricas e temporais, ainda que se tenha o intuito de preservar os valores de determinada sociedade.
- 28 A consciência moral deve nortear o comportamento do servidor público, que deve sempre apresentar conduta ética, ainda que receba ordem hierárquica superior que lhe imponha conduta imoral e antiética.

Com referência ao Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 29 O Conselho da Justiça Federal atua em todo o território nacional e é responsável pela supervisão administrativa, jurisdicional e orçamentária do STJ e dos primeiro e segundo graus da justiça federal.
- 30 Caso uma turma do STJ tenha de realizar sessão extraordinária, a convocação da sessão deverá ser feita pelo presidente da corte.
- 31 Para ser diretor-geral da Secretaria do STJ o interessado deve ter formação superior, e sua nomeação terá de ser submetida à apreciação do Conselho de Administração do tribunal.
- 32 Os ministros que integram as comissões do STJ são designados pelo presidente do tribunal e seus nomes são submetidos à aprovação da Corte Especial.

Considerando as disposições legais pertinentes a sustentabilidade e proteção ambiental, julgue os itens a seguir.

- 33 Resolução do Conselho Nacional de Justiça determina que somente os órgãos do Poder Judiciário que têm atribuição jurisdicional devem criar núcleos socioambientais visando implantar o Plano de Logística Sustentável elaborado pelo Supremo Tribunal Federal.
- 34 Uma das finalidades da licitação é promover o desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade devem ser considerados como obrigações da contratada, embora a sua inserção nos autos e no instrumento convocatório seja facultativa.
- 35 Os órgãos da administração pública, inclusive os que compõem o Poder Judiciário, são responsáveis pela execução da Política Nacional sobre Mudança do Clima, devendo observar, entre outros, os princípios da precaução, da prevenção e da participação cidadã.
- 36 A Constituição vigente consagra a cumulatividade das sanções em matéria de dano ambiental ao preceituar que as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão seus agentes, pessoas físicas ou jurídicas, a infrações penais, administrativas e civis, sendo do tipo objetiva a responsabilidade pelas infrações civis.

Considerando o que dispõem o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue os itens que se seguem.

- 37 No âmbito do Poder Judiciário, os recursos de tecnologia assistiva para a promoção do acesso à justiça incluem a oferta de processo eletrônico adequado, acessível e que atenda às várias formas de deficiências.
- 38 **Situação hipotética:** Em um hospital privado, a equipe médica constatou que um rapaz deficiente, com vinte anos de idade, havia sido agredido fisicamente. **Assertiva:** Nessa situação, por se tratar de pessoa maior de dezoito anos, o hospital será dispensado da obrigação de notificar a polícia e o Ministério Público.
- 39 O poder público deverá reservar, no mínimo, 3% das unidades habitacionais nos programas de moradia para as pessoas com deficiência.
- 40 À pessoa com deficiência é garantido atendimento prioritário quando do embarque e desembarque de passageiros nos transportes coletivos, na tramitação de ações judiciais e na restituição do imposto de renda, sendo todos esses benefícios extensíveis ao seu acompanhante.